

**POR ENTRE AFETOS, SABERES, CONVERSAS E LUTAS EM TORNO
DA DEFICIÊNCIA - ENTREVISTA COM LUCIANA FERRARI**
**IN BETWEEN AFFECTION, KNOWLEDGES, CONVERSATIONS AND
STRUGGLES AROUND DISABILITY - AN INTERVIEW WITH
LUCIANA FERRARI**

Luciana Ferrari¹

Lívia Fortes²

RESUMO: Essa entrevista buscou trazer (des)entendimentos acerca do termo deficiência a partir das vivências da Profa. Luciana Ferrari como pesquisadora das relações entre deficiência, linguagem e decolonialidade e como mãe da Lívia, uma adolescente com paralisia cerebral. As questões trazidas pela Profa. Lívia Fortes, professora e pesquisadora da área da Linguística Aplicada, mais especificamente sobre formação de professores, partiram de seu próprio processo de construção de sentidos sobre a deficiência, atravessado pela convivência com a Lívia e com a Luciana, de quem é amiga pessoal. Esperamos que as ideias aqui apresentadas e discutidas possam ensejar processos de interrupção do capacitismo tão comum em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência. Linguística aplicada. Capacitismo.

ABSTRACT: This interview sought to bring understandings about the term disability based on the experiences of Prof. Luciana Ferrari as a researcher on the connections between disability, language and decoloniality and as mother of Lívia, a teenager with cerebral palsy. The questions raised by Prof. Lívia Fortes, professor and researcher in the field of Applied Linguistics, more specifically on teacher education, started from her own process of constructing meanings about disability, intertwined with her personal relationship with Lívia and Luciana, of whom she is a close friend. We hope that the ideas presented and discussed here can lead to processes of interrupting the ableism that is so common in our society.

KEYWORDS: Disability. Applied Linguistics. Ableism.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: luciana.oliveira@ufes.br.

² Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: lifortes2011@hotmail.com.

É com imenso prazer, admiração e respeito que inicio essa conversa com a Professora Dra. Luciana Ferrari, cada vez mais reconhecida por sua pesquisa de pós-doutorado e seus desdobramentos mais recentes acerca dos Estudos sobre a Deficiência no âmbito da educação linguística crítica.

Juntas, temos tido a honra de dividir nossas trajetórias acadêmicas na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), bem como fora dela, a partir dos estudos de Letramentos e Educação Crítica de Línguas iniciados na Universidade de São Paulo (USP) em 2008. Desde então, muitas têm sido nossas trocas e (des)aprendizagens, sempre construídas com afeto pelo diálogo e pela aceitação de nossas diferenças e ignorâncias. Nesse tom, inicio a presente entrevista já assumindo minhas ignorâncias quanto a este tema tão urgente e necessário para nossa sociedade e para a formação que desejamos construir em nosso lócus de enunciação inicial, o curso de licenciatura em Letras Inglês da Ufes, bem como nos demais *loci* que ocupamos posicionadas por nossas identidades plurais enquanto mulheres brancas, heteronormativas, mães, de classe social privilegiada e não menos desejosas por um mundo mais justo e pacífico.

Entendo que, assim como indagam muitas/os leitoras/es que por ventura se encontrarão com esse texto, muitas também são as minhas perguntas sobre a deficiência e nossas vivências com ela. Assim, ainda que não tenhamos espaço para tratar de todas elas aqui dada a abrangência do assunto em si, pretendo que essa entrevista seja o mais honesta possível, na esperança de que minhas perguntas reflitam algumas das dúvidas que nossa sociedade como um todo — não somente a academia — possam ter sobre o tema em voga neste dossiê.

Tomarei como base para nossa conversa algumas reflexões decoloniais e o excelente e inspirador texto "Deficiência, linguagem e decolonialidade: e se pensássemos o mundo a partir da deficiência?" (Ferrari, 2023), tomando algumas de minhas observações — junto de citações retiradas dele - como molas propulsoras para as perguntas que seguem. A primeira delas segue abaixo.

Lívia Fortes: Luciana, seus estudos sobre e com pessoas com deficiência (PCDs) estão imbricados nos estudos decoloniais (Quijano, 2005; Mignolo, 2017; Maldonado-Torres, 2007), entendidos hoje como um paradigma crítico quando se pretende questionar as desigualdades e as opressões constitutivas de sociedades um dia colonizadas pelo Norte Global. Somos uma dessas sociedades, e portanto, estamos impregnadas/os de colonialidades (Pessoa; Silvestre, 2022) uma vez que os resquícios e as consequências desse terrível regime permanecem em nós

e ao nosso redor, em nossas instituições, políticas, modos de vida e de leitura do mundo, e até mesmo emoções. Na introdução de seu artigo, você afirma que “Sim, pessoas com deficiência (PCDs) também tiveram suas ontoepistemes destruídas pelo cruel processo de colonização, também sofrem com as colonialidades até os dias atuais” (Ferrari, 2023, p. 1). Você poderia esclarecer um pouco o que seriam essas ontoepistemes, e porque tem escolhido esse termo para tratar e discutir a deficiência?

Luciana Ferrari: Bem, o que quero dizer é que, até mesmo nos estudos decoloniais, a pessoa com deficiência parece ser silenciada. Trazemos as questões de gênero e raça à tona, e as interseccionalidades, mas ainda vejo um apagamento da pessoa com deficiência e de seus modos de ser e construir conhecimento no mundo, ou seja, suas ontoepistemes. E aí entra toda uma problematização e uma necessidade de desconstrução do próprio conceito de deficiência, de como uma pessoa com deficiência existe no mundo e como sua existência implica em saberes próprios e necessários para a sociedade em geral. Essa ideia de deficiência como coitadismo, incapacidade, fardo e doença, discursos que ainda vigoram em nossa sociedade, seja no sul ou no norte global, está dentre as colonialidades sofridas pelas PCDs e que precisam ser interrompidas. A grande questão é, e aqui lembro do texto de Menezes de Souza e Duboc (2022), estamos perpetuando as colonialidades? Ou estamos contribuindo para a sua perpetuação? No que tange à pessoa com deficiência, conseguimos identificar as colonialidades? Conseguimos identificar nossos comportamentos capacitistas? O que estamos fazendo para interrompê-los? Conseguimos enxergar a pessoa com deficiência para além de sua deficiência? Ou melhor, conseguimos enxergar a deficiência como um modo valioso e viável de existir no mundo? Conseguimos desestigmatizar a deficiência? Fica aqui o convite para reflexão.

Lívia Fortes: Sim, temos muito para refletir e mais ainda por fazer. Inclusive, seus estudos têm nos convidado a repensarmos a deficiência a partir de dois movimentos: pela desnaturalização da noção de capacidade e pela normalização da deficiência, que, por sua vez, nos convida a tentar ver o mundo pelas lentes das PCDs. Para tanto, o pensamento decolonial veio a ser seu grande aliado, conforme mencionado acima, mas acredito que algumas vivências pessoais anteriores aos seus estudos também a auxiliaram a chegar a esse lugar de compreensão da realidade enquanto mãe da Lívia. Conte um pouco sobre a sua práxis decolonial a partir da deficiência de sua filha e das vivências acadêmicas que hoje caracterizam sua trajetória

individual e sua própria subjetificação (Fortes, 2017) por meio de constantes processos de identificação/desidentificação, e des-re-construção identitária enquanto profissional, mãe, esposa, etc.

Luciana Ferrari: Ah, sem dúvida, minhas vivências têm me levado a entendimentos e a diversos momentos de epifania em relação à deficiência. O que penso hoje é fruto de um longo processo de desconstrução do meu próprio capacitismo, este que ainda corre em minhas veias tamanho foi o sucesso do processo de colonização que sofremos no nosso país. Como mãe de uma, hoje, adolescente de 14 anos com paralisia cerebral, tenho aprendido muito e desconstruído o termo capacidade de variadas formas. Queria dizer que ter me deparado com as teorias de letramento crítico em 2009 me ajudou muito nesse processo de compreender que a diferença do Outro é apenas isso, uma diferença, um outro modo de existir, nem melhor e nem pior do que o meu. Essas teorias não se referiam à pessoa com deficiência, mas, ao mergulhar nessas teorias ao mesmo tempo em que me tornava mãe de trigêmeas prematuras, sendo uma com paralisia cerebral, fui construindo entendimentos sobre viver a diferença na pele, o que me fortaleceu e ainda me fortalece durante todo o processo da maternidade atípica. Vivo em práxis, teoria e prática se realimentando a todo momento. Não separo minha vida acadêmica da minha vida pessoal. E, nesse processo, me deparei com os estudos decoloniais e com os estudos críticos sobre a deficiência e ainda tive a oportunidade de realizar um pós-doutorado que me permitiu aprofundar relações entre decolonialidade, linguagem e deficiência.

Bem, vou tentar exemplificar minha (talvez) práxis decolonial como mãe da Lívia a partir de uma situação que vivemos na recepção de uma clínica de reabilitação. Era aniversário de uma das fisioterapeutas e a clínica organizou uma festinha surpresa nos intervalos entre as sessões de fisio. Todas as mães, com suas crianças, todas com uma deficiência diferente, se locomoveram à copa da clínica para os parabéns. Lívia e eu fomos também. Hora de partir o bolo e, quando olho à minha volta, só Lívia e eu estamos sentadas à mesa saboreando aquele pedaço. Lembro de achar essa situação estranha e de até achar que estávamos fazendo algo errado. Será que não era a hora de comer o bolo? Estávamos sendo mal educadas? Ou ainda, “que falta de educação dessas pessoas!” Quando voltamos à recepção, visualizo duas crianças se alimentando por meio de uma seringa. Depois fui entender o que era uma gastrostomia, mas na hora apenas pensei: pessoas se alimentam de formas diferentes. Estava aqui o letramento crítico contribuindo para meu deslocamento e meu entendimento do Outro, diferente de mim, mas não inferior por isso. Há quem ache que eu faço isso de forma natural, que nasci para ser

mãe de uma pessoa com deficiência, que sou forte, guerreira... mas, na verdade, o que tenho feito ao longo dos anos, de forma mais desafiadora no início, é um exercício de letramento crítico ou, a partir do momento que me deparei com os estudos decoloniais, um processo de identificação dos meus preconceitos, das minhas ignorâncias, o que me permite interrogá-los e, sempre que posso, interrompê-los. Acreditem, esse é um processo libertador!

Todo esse relato está me fazendo lembrar de quando li *O Mestre Ignorante* de Rancière (2005). Com ele aprendi o quão libertador é partir do não-saber ao invés de ter julgamentos prévios sobre algo ou alguém. Não saber como lidar com a deficiência me leva a uma maternidade mais rizomática, mais nos moldes da epistemologia de performance (Lankshear; Knobel, 2003), menos hierarquizada, mais colaborativa, o que me leva a uma escuta ativa do Outro (minha filha) e ao "ler-se lendo" (Menezes de Souza, 2011) constante. Sou mais feliz por isso.

Lívia Fortes: Com certeza, o "ler-se lendo" nos convoca mesmo a essa escuta transformadora e a diversos deslocamentos ontoepistêmicos. A noção de capacitismo também me parece basilar em suas provocações e proposições epistêmicas. Este, entendido como "o preconceito contra as pessoas com deficiência em favor das pessoas que possuem corpos capazes" (Ferrari, 2023, p. 5) acaba alimentando juízos de valor quanto ao que uma PCD *pode/consegue* fazer ou não, ou ainda, quanto ao que ela *pode/deve* ser a partir de uma lógica constituída pela Modernidade, conforme você bem discute. Ainda em seu texto, você afirma que definir "e classificar as pessoas pela sua capacidade inferioriza as PCDs que, por sua vez, ficam à margem das pessoas que se encaixam na corponormatividade imposta pela modernidade" (Ferrari, 2023, p. 5). Entretanto, a normalização da deficiência e a compreensão sobre o capacitismo não poderiam nos tornar, de certa maneira, insensíveis às demandas e necessidades mais específicas e urgentes das PCDs? Como podemos evitar cair na armadilha do capacitismo quando o que realmente desejamos é sermos gentis e acolhedores com as PCDs? Fale um pouco sobre isso, talvez ilustrando algumas situações ou atos de fala corriqueiros que podem na verdade, estar denunciando nossas ignorâncias. E na sala de aula, como podemos agir de forma mais segura e sensível?

Luciana Ferrari: Sua pergunta é complexa e instigante. É importante dizer que gentileza é sempre bom e todas as pessoas querem ser tratadas dessa forma. O desafio é saber o 'ponto certo da massa', ou seja, o limite entre gentileza e excesso de proteção. Sabe quando

temos filhos na transição entre a infância e a adolescência e não sabemos ao certo o limite entre a proteção e sua emancipação? Muitas vezes erramos no ponto e, mesmo com a melhor das intenções, acabamos protegendo demais, evitando possíveis frustrações e, de certa forma, ‘incapacitando’ aquele sujeito. Não é incomum recebermos respostas ásperas de nossos adolescentes, tais como, ‘eu sei me virar’, ‘deixa que eu faço sozinho’, ‘me deixa’, entre outras.

Pois bem, sua pergunta me faz pensar em outras: não seria essa ‘gentileza’ repleta de capacitismo? Não seria essa ‘gentileza’ uma consequência dos discursos em torno do conceito de deficiência e de uma sociedade não pensada para acolher as diferenças? Se a arquitetura das nossas cidades fosse compatível com a diversidade de corpos que a ocupam, teríamos esse mesmo comportamento? Entenderíamos uma PCD como incapaz de chegar a algum espaço? Estou sendo gentil ou, no fundo, me percebo superior àquela pessoa, tenho pena dela e, por isso, ofereço ajuda?

Lívia Fortes: Muito bom! Mas na verdade, minha pergunta também partiu um pouco de minhas vivências com a Lívia, sua filha. Talvez minha aproximação *inicial* fosse, em algum momento, capacitista, pois me incomodava/incomoda vê-la, por vezes, isolada de algumas interações sociais. Entretanto, depois dessa aproximação inicial "tendenciosa" passei a gostar mais ainda de conversar com ela. E também passei a compreender que ela pode viver bem sem a interação *padrão* com a qual estamos tão acostumados, ou seja, troquei minhas lentes. Eu gosto de *ficar na minha*, não preciso de conversa e interação o tempo inteiro, por que ela também não gostaria?? Mas o "isolamento" é sempre escolha dela ou não? Será que eu faria o mesmo movimento para interagir com uma pessoa tímida, um estrangeiro? Talvez sim. Entendo que a luta é muito maior e mais ampla, mas as sutilezas, sensibilidades e afetos não podem ser menosprezados, concorda?

Luciana Ferrari: Sem dúvida! Afetos jamais poderão ser menosprezados! E isso é muito bom! Queria trazer um pouco desse seu sentimento de que ela estava “isolada de algumas interações” e da sua “troca de lentes” ao dar-se conta de que ela “pode viver bem sem a interação padrão”. Essa ideia é muito típica entre nós, pessoas sem deficiência, justamente porque conhecemos um modo de viver apenas, ficamos centrados no nosso padrão e não percebemos que há inúmeras outras formas de viver, interagir, conversar, dançar, comer, aprender, entre outros. A Lívia consegue interagir de forma padronizada, mas vai além, pena eu não conseguir extrapolar minha condição padrão para compreender essa maneira e colocá-la aqui no papel. O

silêncio de Lívia em algumas interações é justamente uma maneira dela interagir. Ela se liga em tudo o que acontece ao seu redor, tem uma grande habilidade de escuta e uma incrível capacidade de reter informações. No entanto, as nossas lentes “padrão” não nos permitem nem compreender essas outras formas de interação, muito menos valorizá-las. E, acredite, perdemos muito com as nossas limitações...

Mas voltando à questão da gentileza, em nossa trajetória, temos esbarrado em várias pessoas cheias de boa vontade, sendo gentis e acolhedoras, o que é ótimo, mas a gentileza que desejamos de fato é a de inserir uma rampa de acesso às lojas (para que as pessoas não precisem ser ‘gentis’ carregando minha filha no colo), é a de proporcionar acessibilidade comunicacional (para que as pessoas com deficiência não precisem contar com a ‘gentileza’ de pessoas típicas como intérpretes de suas vozes), é a de disponibilizar mesas acessíveis para cadeira de rodas em restaurantes (para que as pessoas não precisem ser ‘gentis’ e oferecer para ajudar a dar comida à minha filha), é a de possibilitar mais de um acompanhante para PCDs em eventos culturais (para que minha filha não precise depender da ‘gentileza’ de um amigo apenas, aquele que sentará a seu lado, enquanto todos os outros estarão juntos em outra fileira não acessível), entre outros. É importante dizer que a deficiência não está no corpo da pessoa em si, mas na relação entre esse corpo, que desafia a normatividade, e a sociedade que o ignora. Enquanto a sociedade não for des(re)construída para o acolhimento às diferenças de fato, continuaremos pensando a PCD como incapaz e perpetuamos o nosso capacitismo do dia a dia, disfarçado de gentileza (em excesso).

Saber esse limite não é tarefa fácil, mas é preciso que comecemos nos interrogando o porquê de estarmos agindo de certa forma. Quer oferecer ajuda? Ofereça! Mas não pare por aí. Exija acessibilidade em todos os lugares por onde passar. Não admita que o capacitismo seja perpetuado. Junte-se à luta das PCDs. Essa luta é coletiva!

Lívia Fortes: Sim, a luta deve ser coletiva. Ainda sobre o capacitismo e sua relação com a ciência moderna (e colonial) que, por sua vez, acabou “por determinar e por construir a inferioridade biológica, o defeito, a doença, a deficiência, tendo como ponto de partida os padrões de normalidade do homem europeu” (Ferrari, 2023, p. 7), você acredita haver diferença entre a forma como tratamos a deficiência no Sul Global e de como se trata dela no Norte Global? O que suas leituras e vivências te dizem sobre isso?

Luciana Ferrari: Livia, o que consigo te dizer é que a deficiência está relacionada à vulnerabilidade e a piores condições de qualidade de vida, ou seja, a maior parte de pessoas com deficiência está localizada em países do sul global. Ocorre que muitas teorias sobre a deficiência, e aqui cito os próprios estudos da deficiência (os *disability studies*), partiram do norte global, onde se tem a perspectiva ou a experiência da deficiência do homem branco, não considerando, muitas vezes, as interseccionalidades de raça, gênero e até mesmo classe social. Claro que, ao longo dos anos, outras teorias surgem e, junto com elas, outras demandas e outras vozes se enunciam. Os estudos críticos da deficiência, por exemplo, enfatizam a importância de falarmos sobre os privilégios que estabelecem relações sociais bastante opressivas em nossa sociedade quando tratamos da deficiência. Aqui podemos falar da produção da deficiência pela exploração do trabalho, pelas más condições de vida e pela forma como o processo de colonização acabou por ‘incapacitar’ o sul global.

Aqui estou lembrando do termo ‘diferença colonial’ sobre o qual Quijano (2005) fala. Esta foi produzida pelo colonizador de forma a projetar o colonizado como inferior, como incapaz, reproduzindo a violência colonial. Essa violência ainda traz consequências ao sul global, quando, muitas vezes, as más condições de vida e a consequente luta diária por sobrevivência não permitem que a pessoa com deficiência possa perceber seus direitos ou até mesmo vislumbrar seu modo de estar no mundo como uma identidade possível.

Livia Fortes: Ainda debatendo a deficiência pelo viés do lócus de enunciação das PCDs, os recortes e atravessamentos acerca das identidades de gênero, sexualidade, cor/raça são apontados em seu texto quando você afirma que “para os *critical disability studies*, os privilégios (ou a falta deles) precisam ser levados em consideração, pois eles fazem parte da estrutura opressora a qual as PCDs estão submetidas” (Ferrari, 2023, p. 11). E quanto ao recorte de classe social? Em seus estudos e experiências em torno da deficiência você percebe como as desigualdades socioeconômicas atravessam mais ou menos as vivências das PCDs? A classe social afeta de forma desigual a forma como se encara e/ou naturaliza a deficiência? E ainda, você saberia dizer se pessoas mais privilegiadas tendem a ter maior ou menor dificuldade de aceitação da deficiência?

Luciana Ferrari: Essa pergunta me fez lembrar de uma palestra da Mariana Rosa, mãe da Alice e militante pela causa da pessoa com deficiência, principalmente no que se refere à educação inclusiva. Na ocasião, ela discorreu sobre a diferença entre o viver e o sobreviver da

pessoa com deficiência levando em consideração a classe social. Uma pessoa com deficiência, de classe social privilegiada, que utiliza um carro adaptado para se deslocar ao trabalho e, ao chegar em seu local de trabalho, tem acesso a tecnologias assistivas, consegue viver bem e exercer bem suas práticas sociais. Em contrapartida, uma pessoa com deficiência, de uma classe social menos privilegiada, que depende de transporte coletivo para se locomover ao trabalho, cuja rampa de acesso está frequentemente com defeito e ao chegar no trabalho depara-se com elevadores quebrados, esta está sobrevivendo nesse mundo, sobrevivendo às injustiças e desigualdades sociais que assolam nosso país. E há muito mais por trás desse exemplo: falta de rede de apoio, falta de políticas públicas para as mães de pessoas com deficiência, questões que afetam a todos, mas que impedem que as famílias de classes menos favorecidas possam *viver*.

Não consigo te responder em relação à aceitação da deficiência ou à maneira como esta é encarada nas diversas classes sociais, mas posso te dizer que as classes sociais menos favorecidas estão mais vulneráveis ao surgimento de deficiências, uma vez que estão mais suscetíveis a doenças que podem causar algum tipo de deficiência por falta de saneamento básico, por exemplo. Não distante, temos, no Brasil, o exemplo do Zika vírus, que acometeu mulheres grávidas mais vulneráveis e que, por sua vez, como consequência do vírus, tiveram filhos com microcefalia.

Lívia Fortes: Em suas interações e expansões ontoepistêmicas, o que você tem percebido como estratégias decoloniais ou insurgências ao seu redor na luta anti-capacitista? Como seus interlocutores do "Trajetórias de Vida e Aprendizagem com e na Deficiência" têm se revelado ou ainda, se desamarrado do emaranhado de colonialidades que nos constituem?

Luciana Ferrari: Olha, tenho percebido, em minhas andanças e também no projeto que você mencionou, que há um grande desconhecimento associado a um grande estranhamento do que é a deficiência, provenientes, mais uma vez, do sucesso do projeto colonial. Diante disso, a estratégia decolonial mais importante, a meu ver, é conversar sobre o assunto. Tenho um grande defeito que é achar que o óbvio não precisa ser dito, que se é óbvio pra mim, não preciso dizer. Bem, tenho percebido que o desconhecimento e os estereótipos são tantos que precisamos dizer o óbvio, sim. Portanto, conversar sobre a deficiência, de modo claro e aberto, sem tabus, tem sido essencial para que as pessoas comecem a desconstruir os discursos capacitistas que possuem em relação às pessoas com deficiência. Tem gente que sequer consegue falar o termo

deficiência, achando que vão me ofender ao expressá-lo, tamanho é o estigma em volta do termo e das subjetividades com deficiência.

Lívia Fortes: Ah, sim, penso que sua estratégia discursiva e decolonial pode surtir muito efeito e sei que você consegue fazer isso muito bem. Já aprendi e aprendo muito com você. Trazendo agora a conversa para a sala de aula e a formação de professores na licenciatura de Letras Inglês da Ufes, apoio-me em Canagarajah (2022) e em seu conceito de *crip linguistics* para tratarmos um pouco mais de possíveis estratégias decoloniais que façam frente aos critérios de racionalidade, homogeneidade e normatividade que geralmente pautam a nossa formação linguística. Para este autor, precisamos inverter essa lógica, tendo a multiplicidade e a não-normatividade como ponto de partida, acolhendo, portanto, as vulnerabilidades, a disrupção e o imprevisível em nossas interações e discursos acerca da natureza da linguagem e da comunicação. Ao narrar uma experiência bem sucedida com uma aluna PCD em suas aulas na Pós-Graduação, Canagarajah, apoiado em Khubchandani (1997) defende o que chama de "ética relacional" (*relational ethics*) emergente do encontro e do compromisso com o outro diferente/deficiente, que, por sua vez, faz uso de outros modos de linguagem que não os reconhecidamente "normais". Nesse contexto, a sinergia e o acaso são práticas, ou atitudes que devem sustentar as interações. Segundo ele:

A serendipidade é uma abertura ao significado de recursos semióticos imprevisíveis e não normativos. Sinergia é a capacidade dos interlocutores de engajarem seus próprios códigos e interesses com aqueles que estão na interação para desenvolver significados compartilhados. Note-se também o maravilhoso paradoxo de que “até o desvio se torna a norma” – através do qual as características não normativas são renegociadas e co-construídas para desenvolver significados partilhados. (Canagarajah, 2022, p. 15)

Dito isso, você poderia narrar alguma prática situada em uma de suas aulas ou interações com PCDs onde a sinergia e o acaso se mostraram determinantes para a compreensão e o compartilhamento de sentidos, em especial na sala de aula? Você já teve experiências docentes com PCDs? Como podemos começar a pensar em uma práxis decolonial local para a sala de aula e para o/a professor/a de língua inglesa?

Luciana Ferrari: Lívia, infelizmente, e devido ao processo colonial, poucos estudantes chegam ao ensino superior e, portanto, ainda não tive nenhum estudante com deficiência (ao menos não declarada) em minhas aulas. No entanto, sabemos que, apesar de ser um número

pequeno, estudantes com deficiência têm chegado às universidades, o que julgo importantíssimo para que a academia possa rever suas bases epistêmicas. Também sabemos que os números de estudantes com deficiência matriculados nas escolas têm aumentado, o que também celebramos, pois sua presença é fundamental para ‘abalar as estruturas’ das instituições educacionais como um todo.

Bem, a ética relacional à qual você se refere ao citar as proposições acerca da *crip linguistics* acima, me faz resgatar a ética intercultural do filósofo indiano citado por Canagarajah Khubchandani; e também entendo-a como premissa básica para que qualquer interação social seja exitosa. Menezes de Souza³ (2020) discorre sobre essa ética, referindo-se ao filósofo, ao tratar do termo tradução intercultural. Para ele, a tradução intercultural que precisa ocorrer, levando-se o plurilinguismo em consideração, apresenta-se como um dever ético, ou seja, é preciso querer entender o outro num processo de comunicação. Khubchandani (1997) se refere a dois recursos que ocorrem num processo de comunicação: sinergia, ou seja, o entendimento de que interagir com o outro é importante; e serendipidade, ou seja, confiar no acaso, entender que podemos não entender o que o outro está dizendo num processo de comunicação e, a partir daí, criar outras maneiras para que a comunicação ocorra. Enfim, a ideia de sinergia e serendipidade nos traz uma necessidade de postura aberta ao novo, ao desconhecido sendo, no caso dessa entrevista, a diversidade de modos de interação e comunicação que as pessoas com deficiência apresentam como esse novo, desconhecido a ser “enfrentado”. É aí que a ética intercultural entra. Ouvir o outro é um dever ético. E nós, aprendizes e professores de línguas estrangeiras, temos todas as possibilidades de exercer essa interculturalidade justamente porque temos essa abertura para o novo em interações com estrangeiros.

Essa ética intercultural deve fundamentar a práxis de todo professor de línguas, aliás, de professores de qualquer área do conhecimento. Esta coloca-se como decolonial porque implica na desuniversalização do próprio conceito de língua e de sujeito. No entanto, para tal, é preciso dar uma chacoalhada nas bases filosóficas modernas, para que aquela troca de lentes que mencionamos acima ocorra. Se continuarmos focados no padrão, na homogeneidade, na racionalidade, sequer conseguiremos perceber a pessoa com deficiência como sujeito, como cidadãos ativos em nossa sociedade.

³ Conferência on-line intitulada ‘Ressignificando a Interculturalidade’ disponível em: <https://www.youtube.com/live/GQ5VLLhBN3Q>. Acesso em 12 nov. 2024.

Lívia, não tenho exemplos da minha própria prática docente, mas recebo alguns relatos dos estudantes de Letras-Inglês baseados nas suas práticas de estágio supervisionado quando, muitas vezes, ficam responsáveis pelo acompanhamento às crianças ou adolescentes nas escolas. São relatos empolgantes de interações com estudantes surdos quando, mesmo sem que os estagiários soubessem Libras, a interação aconteceu. Relatos também empolgantes de estagiários que chegam dizendo que entenderam a comunicação não-verbal de crianças autistas da escola, após alguns dias buscando interagir de outras formas, para além da comunicação por meio da língua. Essa empolgação e sentimento de conquista são fruto da sinergia e da serendipidade; são fruto da ética relacional.

E aí, finalizando, podemos falar de translanguagem (Rocha, 2019; Rocha; Neto, 2020), essa filosofia da qual temos falado muito nos estudos de Linguística Aplicada Crítica no Brasil. A translanguagem apoia-se nos diversos repertórios semióticos dos quais lançamos mão para nos comunicar, descolonizando assim as formas de comunicação tradicionalmente concebidas como "padrão" bem como o sujeito que dela se apropria e que por ela se revela. Ora, estudar as interações entre pessoas com deficiência pode ser um ótimo caminho para entendermos melhor que outros repertórios estão presentes num processo de comunicação. A nossa querida linguística está precisando de novos insumos no que se refere ao entendimento de língua, sujeito, conhecimento... Estudar a diversidade está no cerne dessa mudança, como o próprio Canagarajah menciona em seu texto. Eis aí um bom começo para uma prática decolonial: fazer pesquisas com sujeitos não normativos; aleijar a linguística; aleijar as nossas pedagogias; aleijar nossa práxis; aleijar nossas subjetividades. E mais: repensar o termo inclusão. Incluir alguém no mundo das normas nada mais é do que achar que o mundo das normas é melhor, ignorando o mundo do Outro. Isso é perpetuar a colonialidade. Isso ainda é achar-se superior ao Outro, assim como no processo de colonização. Se queremos conviver num mundo plural, precisamos ouvir o Outro e conhecer mundos outros.

Lívia Fortes: Cara Luciana, suas contribuições são inestimáveis e já estão a transformar a vida de muitos/as! Obrigada por sua disposição para a luta e por sua disponibilidade para o diálogo. Que essa nossa conversa favoreça novas trocas e que faça emergir novos/outros afetos e saberes na e para a docência, dentro e fora dela.

Referências

CANAGARAJAH, S. A Decolonial Crip Linguistics. *Applied Linguistics*, v. 44, n. 1, p. 1–22, 2022.

FERRARI, L. Deficiência, Linguagem e Decolonialidade: e se pensássemos o mundo a partir da deficiência?. In: IFA, S. *et al.* (org.). *Linguística Aplicada na Contemporaneidade: práticas decoloniais, letramentos críticos e discurso no ensino de línguas*. Campinas: Pontes, 2023.

FORTES, L. “*Ser ou não ser*”: questões sobre subjetividade e o ensino de inglês na escola pública. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

KHUBCHANDANI, L. *Revisualizing Boundaries: A Plurilingual Ethos*. Los Angeles: Sage Publishing, 1977.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. *New Literacies: changing knowledge and classroom learning*. New York: Open University Press, 2003.

MENEZES DE SOUZA, L. M.; DUBOC, A. P. De-universalizing the decolonial: between parentheses and falling skies. *Gragoatá*, v. 26, n. 56, p. 876–911, 2021.

MENEZES DE SOUZA, L. M. Para uma redefinição de Letramento Crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, R.; ARAÚJO, V. A. (org.). *Formação de Professores de Línguas: ampliando perspectivas*. Jundiá: Paco Editorial, 2011.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1–17, 2017.

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2–3, p. 240–270, 2007.

PESSOA, R.; SILVESTRE, V. Gepligo (Grupo de Estudos de Professoras/es de Língua Inglesa de Goiás) em prosa and verse: entre desaprendizagens and learning otherwise. In: PESSOA, R. *et al.* (org.). *Universidadescola e educação linguística crítica: compartilhando vivências dos GEPLIs GO, MT e DF*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROCHA, C. H. Educação linguística na liquidez da sociedade do cansaço: o potencial decolonial da perspectiva translíngua. *D.E.L.T.A.*, v. 35, n. 4, p. 1–39, 2019.

ROCHA, C. H.; NETO, A. Translinguagens: discurso, políticas e pedagogias. *Revista X*, v. 15, n. 1, p. 1–6, 2020.